

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL
PARA SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO DO SERVIÇO FEDERAL DE
PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO**

ZAPAY SERVIÇOS DE PAGAMENTOS S/A (“ZAPAY”), devidamente inscrita no CNPJ nº 28.593.387/0001-56, sediada na ST SHN Quadra 1, sem número, Conjunto A, Bloco D, Salas 304, 305 e 306, CEP: 70701-000, Brasília/DF vem, por meio dos seus procuradores, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Com fundamento no artigo 87, §2º, da Lei Federal nº 13.303/2016 e no item 2.3 do Edital de Chamamento Público nº 0076/2025 (“Edital”), em razão de ilegalidades no Edital, conforme será exposto adiante.

I. TEMPESTIVIDADE

1. O item 2.3. do Edital estabelece o prazo para impugnação de 5 dias úteis antes do prazo final para envio das propostas.

2. Considerando que as propostas devem ser apresentadas no dia 12 de maio de 2025, tem-se que a data final para apresentação de impugnações encerra-se em 05 de maio de 2025.

3. Portanto, a apresentação desta Impugnação na presente data se mostra tempestiva.

II. DOS FATOS

4. Em 11 de abril de 2025, foi publicado o Edital de chamamento público para a seleção de pessoa jurídica para o “desenvolvimento de uma solução tecnológica especializada que promova a integração entre os sistemas de trânsito e o ecossistema financeiro” (“Chamamento Público”).

5. O Edital estabelece a data de 12 de maio de 2025 para a entrega das propostas pelas empresas interessadas. Eventuais impugnações e pedidos de esclarecimentos devem ser apresentados com até 5 e 3 dias úteis de antecedência, respectivamente, correspondendo às datas de 05 e 07 de maio.

6. No entanto, conforme se passará a demonstrar a seguir, o Edital do Chamamento Público contém ilegalidades que não podem subsistir, de forma que sua revisão se mostra necessária, a fim de evitar lesão ao erário e a realização de condutas contrárias à legislação brasileira.

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

III.A. ESCOLHA DO MODELO DE CONTRATAÇÃO POR PARCERIA ESTRATÉGICA

7. Como já é de conhecimento deste SERPRO, o objeto do presente Chamamento Público visa à seleção de um parceiro estratégico, não de um produto pronto. Tanto é assim, que o Anexo I descreve o objeto como uma oportunidade de negócio para **desenvolvimento** de uma solução tecnológica para promover a integração entre os sistemas de trânsito e o ecossistema financeiro.

8. Diante disso, o foco é a qualificação e capacitação do parceiro, não o produto ou solução que se busca desenvolver. Não se pretende avaliar a experiência específica do parceiro num ou noutro produto, mas na sua aptidão e expertise para o desenvolvimento de nova solução tecnológica de pagamentos. Em se tratando de uma solução inovadora, não há como se definir os parâmetros e critérios técnicos específicos, mas tão somente os gerais, em relação ao produto que se busca desenvolver.

9. No entanto, quando se analisa o Anexo III do Chamamento Público, “Planilha de Qualificação Técnica – Requisitos Funcionais da Solução”, são elencados 48 requisitos de qualificação técnica do produto, ao passo que no Anexo IV – Planilha de qualificação técnica – Capacidade técnico-operacional do potencial parceiro, são enumerados apenas 7 requisitos de capacidade técnico-operacional, cuja pontuação a ser atribuída é 0 ou 10.

10. Caso exista no mercado um produto apto a servir de parâmetro para a presente parceria – e existem vários - esse Chamamento Público não terá qualquer razão de ser.

11. Noutros termos, a contratação de parceria estratégica para o desenvolvimento do produto em questão não se mostra necessária, uma vez que já existem no mercado soluções prontas que atendem às especificações técnicas e operacionais requeridas. A oferta de produtos semelhantes, amplamente disponíveis e testados, demonstra que a necessidade pode ser plenamente suprida por meio de contratação, via processo licitatório com ampla competitividade, de fornecedores experientes e já atuantes no mercado, gerando ganhos de eficiência, redução de custos e, sobretudo, **eliminando riscos** inerentes ao desenvolvimento de soluções personalizadas.

12. Não bastasse isso, outro indício de que o objeto em questão deveria ser adquirido pelo SERPRO através de um contrato de fornecimento – e não seria suficiente a justificar a celebração de uma parceria estratégica – é o prazo previsto para a parceria, inicialmente de 5 (cinco) anos¹. Ora, este é o prazo máximo de duração de um contrato de fornecimento de licença de software, enquadrado na categoria de “serviços contínuos” para fins de contratação e, por isso, normalmente adquirido mediante pregão eletrônico, ainda que dependente de algum nível de customização.

¹ Cf. previsão do art. 71 da Lei Federal n. 13.303/2016.

13. Quando a solução necessária à Administração Pública já é amplamente disponível no mercado, adotada por diversos agentes econômicos e consolidada quanto à sua funcionalidade, não se justifica a formalização de uma parceria para desenvolvimento conjunto. Nesse caso, a hipótese não se enquadra em uma situação de inovação ou de construção colaborativa de solução inédita, mas sim em uma demanda por fornecimento de bem ou serviço padronizado, ainda que sujeito a eventual adaptação às especificidades do órgão contratante. Assim, a via juridicamente adequada é a contratação por meio de licitação, conforme determina a Lei nº 13.303/16, garantindo-se a seleção da proposta mais vantajosa, com observância aos princípios da isonomia, competitividade e eficiência.

14. Marçal Justen Filho² alerta que as parcerias estratégicas não devem ser adotadas em substituição aos contratos de fornecimento:

Deve-se interpretar com cautela a referência às formas contratuais de associação. Não compreende contratos bilaterais, em que a empresa estatal se obriga a realizar uma prestação como contrapartida pela obtenção de vantagem contemplada na obrigação assumida por outro sujeito privado. Contratar um prestador de serviços não constitui uma solução jurídica subsumível ao conceito legal de parceria referido no §4º do art. 28. (grifo acrescido)

15. Ou seja, entende-se que o modelo de seleção mais compatível com o objeto da contratação é a de fornecimento.

16. A adoção indevida do modelo de parceria, nessas hipóteses, pode violar o princípio do dever de licitar, além de comprometer a transparência e a economicidade da contratação. A celebração de parcerias para desenvolvimento é excepcional e exige, como pressuposto básico, a inexistência de solução pronta e disponível no mercado, de modo que o objeto da colaboração seja, de fato, o desenvolvimento conjunto de solução inovadora ou ainda em estágio inicial de maturação. Quando esse pressuposto não está presente, o correto é realizar a aquisição da solução existente, por meio de licitação pública, assegurando o tratamento isonômico entre potenciais fornecedores e a adequada destinação dos recursos.

² JUSTEN FILHO, Marçal. A contratação sem licitação nas empresas estatais. In: JUSTEN FILHO, Marçal (Org.). *Estatuto jurídico das empresas estatais: Lei 13.303/2016*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 303

17. Tanto assim o é que a contratação de serviço de desenvolvimento e manutenção de softwares é tipicamente resultante de licitação na modalidade pregão, reservada à aquisição de bens e serviços comuns. Alguns exemplos ilustrativos podem ser citados: (i) Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2025, realizado pela Marinha do Brasil³, (ii) Pregão Eletrônico nº 22/2024, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP⁴, (iii) Pregão Eletrônico nº 90050/2024, realizado pelo Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas⁵, e; (iv) Edital de Pré-Qualificação nº 01/2024, realizado pela “Cia. de Processamento de Dados do Estado de São Paulo” – PRODESP⁶.

18. Além disso, a adoção de produtos prontos disponíveis no mercado permitiria maior celeridade na implementação do projeto e garantia de atendimento imediato às demandas do SERPRO.

19. Considerando a existência de alternativas consolidadas e a possibilidade de contratação mais simples e econômica, a celebração de parceria estratégica, nos moldes ora definidos, não se mostra a melhor medida, por contrariar os princípios da eficiência e da economicidade que regem a atuação administrativa. Por isso, entende-se que a revogação do Edital se mostra necessária.

III.B. HABILITAÇÃO JURÍDICA: ILEGAL E AMPLA PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

³ O objeto do Pregão Eletrônico nº 2/2025 é a “contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software para o Sistema de Pagamento de Pessoal da Marinha (SISPAG), com linguagem de programação Java.”

⁴ O objeto do Pregão Eletrônico nº 22/2024 é a “contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de Plataforma Unificada de Gerenciamento de Serviços Corporativos no modelo de licenciamento e remuneração por subscrição e na modalidade SaaS (Software as a Service)”

⁵ O Pregão Eletrônico nº 90050/2024 teve como objeto “escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de serviços técnicos de desenvolvimento e sustentação de aplicações de software”

⁶ O Edital de Convocação para Pré-Qualificação nº 001/2024 tem como objeto “promover a pré-qualificação permanente de pessoas jurídicas interessadas em participar de licitações que serão promovidas pela Prodesp para a contratação de serviços de desenvolvimento e manutenção de software”

20. Ainda que se supere o argumento de incorreção da forma de contratação do objeto por meio deste Chamamento Público, o Edital possui outras irregularidades que impedem a continuidade do processo competitivo nos moldes atuais. Vejamos.

21. O item 3.2 do Edital estabelece os requisitos jurídicos, fiscais e técnicos para a participação no Chamamento Público. No entanto, em seu item 3.3, proíbe a participação de empresas que “atuam na execução de processos de intermediação de serviços de trânsito, envolvendo transações financeiras”, conforme abaixo reproduzido:

3.3 Não serão admitidas para este chamamento público:

a) Empresas organizadas sob a forma de consórcio;

b) Empresas que atuam na execução de processos de intermediação de serviços de trânsito, envolvendo transações financeiras, tais como:

i. Instituições financeiras, nos termos da legislação vigente;

ii. Instituições de pagamento, inclusive adquirentes (credenciadoras), subadquirentes (subcredenciadoras), facilitadoras de pagamento e iniciadores de transação de pagamento (ITPs);

iii. Operadores ou instituidores de arranjos de pagamento, incluindo bandeiras de cartão de crédito, débito ou pré-pago;

iv. Entidades integrantes das infraestruturas do mercado financeiro, tais como câmaras de compensação e liquidação, sistemas de custódia, registro ou negociação de ativos financeiros, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

v. Empresas que prestem serviços de análise, consolidação, gestão ou intermediação de contratos de financiamento ou arrendamento mercantil de veículos automotores;

vi. Empresas de tecnologia que operem soluções de Open Finance, Banking as a Service (BaaS), ou que tenham dependência ou vínculo direto com instituições financeiras ou demais entidades do Sistema Financeiro Nacional.

(grifo acrescido)

22. As justificativas adotadas pelo SERPRO para tal proibição estão indicados no item 3.3.1 do Edital:

3.3.1 As vedações previstas neste item têm por finalidade garantir a neutralidade concorrencial e a isenção no tratamento de dados sensíveis no

âmbito do sistema de pagamentos do trânsito, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), bem como assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais da livre concorrência (art. 170, IV, da Constituição Federal) e evitar práticas anticoncorrenciais, nos termos da Lei nº 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência).

23. Tal argumento não poderia estar mais equivocado, como se verá a seguir. De todo modo, há que se adiantar que as restrições impostas no Chamamento Público revelam-se **amplas e desproporcionais**, afastando, de forma indevida, as empresas do mercado com comprovada capacidade técnica e experiência na oferta de soluções tecnológicas voltadas a sistemas de pagamento e integração com plataformas de gestão pública.

24. Em lugar de garantir ampla concorrência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, os critérios estabelecidos acabam por limitar a participação de agentes plenamente qualificados – talvez justamente os mais qualificados para o objeto em questão. Assim, além das exigências não guardarem relação direta com a finalidade pública do projeto, ao contrário do que deveriam, estas acabam por impedir justamente os potenciais parceiros mais qualificados e experientes de participar do chamamento público e, em última análise, da parceria.

25. Essa limitação é particularmente grave no contexto de **soluções tecnológicas voltadas à unificação de processos financeiros e administrativos**, que demandam experiência concreta em integração sistêmica, interoperabilidade de plataformas e segurança de dados — competências que determinadas empresas já demonstram possuir amplamente no mercado. Ao excluir essas empresas, o Chamamento Público compromete a efetividade da futura solução e reduz a competitividade e as alternativas à disposição da estatal.

26. É fundamental que o procedimento de seleção se concentre na **qualificação técnica efetiva e na capacidade de entrega da solução proposta**, e não em barreiras formais que não agregam valor ao projeto. A adoção de restrições desnecessárias, além de violar os princípios da impessoalidade, da eficiência e da ampla concorrência, pode conduzir à contratação de soluções inferiores ou insuficientes, em detrimento do interesse público, o que poderia resultar na declaração de nulidade do processo de Chamamento Público.

27. Note que o TCU possui precedentes no sentido de que o administrador não pode ampliar as hipóteses de impedimento de participar em licitações, estas já definidas pelo art. 38, da Lei Federal nº 13.303/2016, conforme trecho abaixo reproduzido:

8. Ao analisar os argumentos da Eletronorte, a Selog enfatizou que o art. 38 da Lei 13.303/2016 dispõe sobre as hipóteses nas quais uma empresa estará impedida de participar de licitações e de ser contratada por empresa pública ou sociedade de economia mista. Com isso, o Administrador não pode ampliar, de modo discricionário, os casos previstos, sob pena de estar agindo contrariamente à lei. Destaca que quando explicita situações de impedimento, o dispositivo legal quer proporcionar a isonomia e a objetividade do certame.

(...)

20. Diante das considerações aqui alinhadas, concordando com os exames técnicos efetuados no âmbito Selog, Voto por que seja adotado o Acórdão que ora submeto à apreciação do Plenário desta Corte de Contas.⁷

(grifo acrescido)

28. Ora, o Edital em apreço não só incluiu hipóteses de impedimento de participação em licitações não previstas na Lei Federal nº 13.303/2016, mas também fundamentou tal vedação em argumentos equivocados, conforme se passará a demonstrar a seguir.

III.B.1. DO ARGUMENTO DE PROTEÇÃO AOS ASPECTOS CONCORRENCIAIS

29. No que se refere às questões concorrenciais, o Edital alega que as vedações objetivam “garantir a neutralidade concorrencial (...) bem como assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais da livre concorrência”.

30. No entanto, os argumentos do SERPRO afrontam as diretrizes do próprio Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) destinadas a proteger e **estimular a concorrência em processos licitatórios**.

⁷ TCU, Acórdão nº 1.757/2020, Plenário, Min. Rel.: Raimundo Carreiro, Sessão em 08/07/2020.

31. Ao contrário do que se alega no item 3.3.1 do Edital, ao proibir ampla e indevidamente a participação de empresas que atuam na execução de processos de intermediação de serviços de trânsito envolvendo transações financeiras, o SERPRO limita o rol de agentes capazes de participar do certame, restringindo sua competitividade e, portanto, **violando o próprio princípio da livre concorrência** previsto no art. 170, IV, da Constituição Federal.

32. Em sua função de advocacia da concorrência – um dos principais objetivos da Lei Brasileira de Defesa da Concorrência (Lei Federal nº 12.529/2011) – o CADE atua em estreita cooperação com órgãos públicos para aprimorar o desenho de suas aquisições e realizar contratações mais efetivas para a Administração. Tal atuação perpassa duas frentes: (i) preventiva, cujo objetivo é promover eficiência e estimular a concorrência em processos licitatórios; e (ii) repressiva, cujo objetivo é investigar e punir condutas anticompetitivas no âmbito de licitações públicas.

33. No âmbito preventivo, o CADE publica diretrizes para auxiliar agentes de contratação a promover a concorrência em licitações e reduzir os riscos de condutas anticompetitivas. Mais especificamente, o Guia “Combate a Cartéis em Licitações”⁸ contém recomendações específicas destinadas a agentes de contratação com base na experiência da autarquia. Com relação ao desenho dos editais, o documento ressalta a importância de contratantes estabelecerem regras de participação capazes de estimular a competição entre agentes econômicos, conforme abaixo reproduzido:

*Como agente de contratação, você tem uma tarefa muito importante na prevenção de cartéis, ao **promover concorrência nas licitações e reduzir os riscos de conluio**. A experiência demonstra que a **elaboração de editais pró-competitivos** e a redução da previsibilidade acerca dos principais parâmetros da contratação auxiliam a prevenir e desestabilizar cartéis. Estão elencados abaixo alguns pontos para auxiliar você no processo de definição do melhor formato a ser adotado, sempre observando as regras legais aplicáveis. (...)*

Recomendações Gerais:

⁸ BRASÍLIA. CADE. Combate a Cartéis em Licitações: guia prático para agentes de contratação. Guia prático para agentes de contratação. Disponível em: <https://cdn.cade.gov.br/Portal/centrais-de-conteudo/publicacoes/guia-combate-a-carteis-em-licitacoes/Guia-Combate-a-Carteis-em-Licitacoes.pdf>.

Acesso em: 28 abr. 2025.

Criar incentivos para que novas empresas participem do certame, ajustando os critérios para avaliação técnica de forma a *permitir a entrada de mais fornecedores nas licitações.* (...)

Ao Desenhar o Edital:

Evitar requisitos de qualificação restritivos e desnecessários, de forma a possibilitar a participação do maior número de empresas possível.

Certificados de capacidade técnica que dependam de contratações anteriores devem ser usados com cautela, pois essa prática limita os potenciais fornecedores a um grupo pequeno que já tem contratos com órgão público. (...)"

34. Fica claro, portanto, o posicionamento do CADE no sentido de que a promoção da concorrência no âmbito de licitações públicas se dá exatamente ao fomentar o interesse do maior número possível de agentes, evitando restrições que possam limitar o número de interessados aptos ao concorrer pelo certame.

35. Tal posicionamento, inclusive, segue recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") para estimular o ambiente concorrencial e promover eficiência durante os processos licitatórios.

36. No documento "Medidas para Estimular o Ambiente Concorrencial dos Processos Licitatórios: Contribuições do CADE"⁹, o CADE consolidou as recomendações gerais da OCDE sobre desenhos pró-competitivos de editais com base em práticas concorrenciais dos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Índia:

Os diversos foros de debate propiciados pela OCDE, permitiram que fossem colacionadas as melhores práticas implementadas por diversos países, no que tange a estratégias para fomentar licitações competitivas. Entre elas, destacamos:

- (i) *Quando possível, permitir que empresas de menor porte participem, mesmo que elas não tenham capacidade de competir por todo o contrato;*

9 BRASILIA. CADE. Medidas para Estimular o Ambiente Concorrencial dos Processos Licitatórios: Contribuições do CADE. Disponível em: <https://cdn.cade.gov.br/Portal/centrais-de-conteudo/publicacoes/contribuicoes-do-cade/medidas-estimular-ambiente-concorrencial-processos-licitatorios-cade.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

- (ii) *Evitar cláusulas de restrições desnecessárias que podem afastar competidores;*
- (iii) *Não desclassificação de empresas de futuras competições ou não removê-las imediatamente de uma lista de pré-qualificação por motivos que não sejam estritamente necessários.*

37. A prática desses quatro países é citada pelo CADE para defender a importância de entes licitantes maximizarem a participação de potenciais competidores em certames por meio da promoção de requisitos transparentes e diretos.

38. Em suma, do ponto de vista concorrencial, a adoção de critérios claros e justificáveis no desenho do edital assegura o maior número possível de competidores, resultando em certames mais competitivos, menores preços e maior qualidade.

39. Por outro lado, critérios discriminatórios e restritivos criam barreiras à entrada de empresas nas licitações, resultando em preços mais elevados, serviços de baixa qualidade e/ou menos inovação e produtividade.

40. É essa última hipótese que se verifica no caso concreto. O argumento de “*garantir a neutralidade concorrencial*” utilizado pelo SERPRO no item 3.3.1 do Edital não se mostra correto, pois afronta diretamente as orientações e melhores práticas concorrenciais (nacionais e internacionais) para promoção da defesa da concorrência em licitações públicas.

41. A restrição do item 3.3.b do Edital impede a participação de empresas que “*atuam na execução de processos de intermediação de serviços de trânsito, envolvendo transações financeiras*”. Ou seja, o Edital impede que justamente as empresas que atuam no segmento objeto do Chamamento Público possam dele participar.

42. Em outras palavras, pode-se dizer que, para participar do Chamamento Público, é necessário que a empresa não tenha experiência na prestação do serviço que o SERPRO pretende oferecer.

43. Veja, a própria Lei Federal em seu artigo 28, §3º, II (dispositivo este utilizado como principal fundamento legal do Edital) autoriza a dispensa do processo licitatório para a

constituição de parcerias estratégicas, desde que “a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares”.

44. Ora, questiona-se qual a “característica particular” que o Edital buscará ao proibir a participação justamente das empresas que não possuem específica expertise no desenvolvimento do objeto do Chamamento Público.

45. Como já dito antes, existem inúmeros agentes que têm legítimo interesse, *expertise*, e capacidade técnica de concorrer de forma efetiva no certame. Tais empresas estão impedidas de apresentar propostas competitivas e serviços de alta qualidade para atender às necessidades do SERPRO.

46. Note que inexistente qualquer violação concorrencial que justifique a proibição ora debatida. É justamente o contrário. A participação destas empresas, conforme mencionado, traz maior conhecimento e benefícios à estatal, principalmente quando o objetivo da contratação é a celebração de uma parceria. Não há outras empresas mais aptas para realizar este objeto do que as empresas que atuam no setor.

47. O próprio Regulamento de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO (RPON)¹⁰ estabelece como um de seus “vetores de interpretação” a participação de “bons agentes econômicos e parceiros”, conforme trecho abaixo reproduzido:

2.2 Em complemento, afirmam-se os seguintes vetores de interpretação: (...)

c) os processos de formação de parcerias e outras formas associativas em oportunidades de negócio devem ser conduzidos com agilidade e com a finalidade de obter o melhor resultado técnico e econômico e com vistas à realização dos objetivos traçados na estratégia de longo prazo do SERPRO, sempre em vista das recomendações e orientações dos órgãos de controle, auditoria interna e colegiados;

d) o melhor resultado técnico e econômico depende da capacidade do SERPRO de atrair bons agentes econômicos e parceiros e, nessa medida, de ambiente estável e em que haja segurança jurídica, comprometendo-se a

¹⁰ Disponível em: <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/documentos/deliberacao-ge-013-2021.pdf>

*observar as condições pactuadas para o desenvolvimento e exploração comercial de oportunidades de negócio específicas e definidas;
(grifo acrescido)*

48. Impedir a participação de tais agentes por meio de restrições indevidas e injustificadas poderá resultar em uma licitação mais limitada e menos vantajosa para o SERPRO, em desacordo com os princípios da Lei Brasileira de Defesa da Concorrência, e consequente violação à Lei Federal nº 13.303/2016 e à Constituição Federal, por violar o princípio da eficiência.

49. Por fim, é importante que se afaste qualquer argumento no sentido de que as restrições impostas no item 3.3. do Edital seriam capazes de evitar práticas anticoncorrenciais, nos termos da Lei nº 12.529/2011.

50. Em primeiro lugar, a punição de práticas anticompetitivas é feita de forma repressiva pelo CADE que, por sua vez, é a autarquia competente para, nos termos do artigo 36 da Lei nº 12.529/2011, investigar e julgar condutas potencialmente nocivas à livre concorrência.

51. Além disso, trata-se de argumento contraditório, na medida em que estas restrições impedem a participação de agentes no certame e o número restrito de concorrentes atrelado ao aumento de barreiras à entrada são fatores que aumentam (e não reduzem) a probabilidade de ocorrência de colusão em licitações públicas. Nesse sentido, o Guia de Combate a Cartéis de Licitações do CADE¹¹ explicitamente dispõe:

II.1. O que facilita a formação de cartéis? (...)

(v) Número restrito de concorrentes: *a probabilidade de ocorrência de colusão em licitações públicas é tanto maior quanto menor o número de empresas que tem capacidade técnica e econômica para fornecer aquele bem ou serviço. Quanto menos agentes no mercado, mais fácil é o estabelecimento de um acordo entre eles.*

¹¹ BRASÍLIA. CADE. Guia de Combate a Cartéis em Licitação. Disponível em: <https://cdn.cade.gov.br/Portal/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-do-cade/guia-de-combate-a-carteis-em-licitacao-versao-final-1.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

52. Por essas razões, os argumentos trazidos no item 3.3.1, bem como as restrições estabelecidas no item 3.3 do Edital não devem subsistir.

III.B.2. DO ARGUMENTO DE PROTEÇÃO AOS ASPECTOS DE PROTEÇÃO DE DADOS

53. As vedações impostas pelo Edital, ao proibirem de forma genérica e indiscriminada a participação de instituições financeiras, de pagamento e de tecnologia ligadas ao setor, **não encontram respaldo jurídico válido** nas regras que fundamentam a realização do chamamento público e sequer na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

54. Ao contrário do que se alega, a LGPD **não proíbe a atuação dessas entidades** no tratamento de dados sensíveis — ela estabelece regras e responsabilidades, aplicáveis a qualquer agente de tratamento, independentemente de sua natureza jurídica ou setorial. Portanto, **não é lícito presumir que a simples atuação no setor financeiro ou de pagamentos comprometa, por si só, a isenção no tratamento de dados**, especialmente quando tais empresas estão legalmente obrigadas a observar os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e prestação de contas.

55. Além disso, a exclusão de empresas capacitadas para o desenvolvimento de soluções tecnológicas integradas e interoperáveis, com ampla experiência em meios de pagamento e gestão de dados, **contraria os princípios da eficiência e da livre concorrência**, ambos consagrados no caput do art. 37 e no art. 170, IV, da Constituição Federal.

56. Ao preterir esses agentes, o Chamamento Público **restringe indevidamente o universo de potenciais proponentes qualificados**, conforme já apresentado nesta Impugnação.

57. É importante destacar que há órgãos competentes para avaliar eventuais **infrações à LGPD** (i.e. Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD), não sendo razoável que o SERPRO estabeleça vedações à participação neste Chamamento Público, com base em riscos hipotéticos.

58. Em conclusão, o argumento de que as cláusulas restritivas da competitividade previstas no Edital se justificariam em razão da LGPD também não deve subsistir.

III.C. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: ILEGALIDADE DOS REQUISITOS DE SELEÇÃO

59. O item 3.2.4 do Edital estabelece que os licitantes interessados em participar do Chamamento Público devem “possuir comprovação de aptidão para o desempenho do objeto”, mediante a demonstração do cumprimento com os requisitos técnicos listados no Anexo II do Edital.

60. Como já é de conhecimento do SERPRO, os requisitos técnicos previstos no Edital são segregados em três grupos: (i) requisitos funcionais; (ii) requisitos de capacidade; e (iii) requisitos de sustentabilidade.

61. Os requisitos funcionais (Anexo III do Edital) se referem às funcionalidades exigidas para a solução almejada, totalizando 115 pontos (de um total de 211).

62. Requisitos de capacidade (Anexo IV do Edital), por sua vez, exigem que os licitantes detenham certificações empresariais (ou estejam em processo de obtenção) para pontuação, bem como comprovem (a) experiência em tecnologia blockchain e (b) capacidade técnica para execução de todas as etapas do ciclo de vida do sistema. Os requisitos de capacidade representam 70 pontos da nota final.

63. Por fim, os requisitos de sustentabilidade (Anexo V do Edital) exigem que a licitante possua projetos, programas e políticas ambientais, sociais e de governança, representando 26 pontos.

64. No entanto, conforme se passará a demonstrar a seguir, os requisitos técnicos exigidos para fins de participação na licitação não se mostram adequados ao objeto da contratação, de forma que devem ser revisados antes da continuidade do Chamamento Público, sob pena de viciarem o processo.

III.C.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM PARCERIAS ESTRATÉGICAS

65. Conforme já mencionado nesta Impugnação, a contratação das chamadas parcerias estratégicas tem como principal fundamento o artigo 28, §3º, inc. II e §4º, da Lei Federal nº 13.303/2016 e sua aplicabilidade decorre primordialmente das características peculiares do parceiro.

66. Ou seja, as qualificações técnicas exigidas nos editais se mostram essenciais para a correta escolha do parceiro.

67. Neste sentido, Marçal Justen Filho¹² leciona:

A obtenção de um resultado de sucesso, nas hipóteses de parcerias com terceiros, depende, nesses casos, da escolha de parceiro adequado. Isso envolve não apenas a titularidade de recursos econômicos, mas também a presença de outros requisitos, inclusive a expertise e o domínio das técnicas pertinentes ao objeto a ser executado em conjunto.
(grifo acrescido)

68. Similarmente, o item 12.1 do RPON indica que “A etapa de seleção do parceiro visa à escolha da interessada que reúna as características adequadas e apresente potencial de gerar o melhor retorno para o SERPRO”. Na sequência, o item 12.6 do mesmo Regulamento estabelece:

Não configurada uma das hipóteses de inviabilidade de competição previstas neste Regulamento, o SERPRO deve realizar procedimento competitivo, cujo propósito é garantir aos interessados, em observância ao princípio da isonomia, oportunidade para demonstrarem o atendimento aos requisitos de qualificação e de habilitação, apresentarem os documentos pertinentes à sua proposta e às suas características vinculadas à oportunidade de negócio específica e definida, em conformidade com os requisitos estabelecidos em edital de chamamento público.

¹² JUSTEN FILHO, Marçal. A contratação sem licitação nas empresas estatais. In: JUSTEN FILHO, Marçal. *Estatuto jurídico das empresas estatais: Lei 13.303/2016*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 302

(grifo acrescido)

69. As previsões do RPON confirmam o entendimento de que a qualificação técnica exigida é primordial para avaliação da *expertise* da empresa contratada e deve possuir relação com o objeto da contratação.

70. Note ainda que o objeto do Edital para desenvolvimento da solução do Broker de pagamento para o SENATRAN envolve a gestão direta de arrecadação pública estadual **em escala nacional, com potencial de movimentar bilhões de reais anualmente.**

71. Trata-se de uma infraestrutura de extrema relevância, cujo funcionamento afeta diretamente a sustentabilidade financeira dos DETRANs, a prestação de serviços públicos ao cidadão e a confiança na digitalização da Administração Pública.

72. Permitir que uma empresa sem credenciamento prévio, sem experiência comprovada no setor de trânsito e sem relacionamento histórico com os órgãos públicos seja selecionada para operar essa estrutura representa um risco institucional grave, dentre os quais destacam-se: (i) descontinuidade de serviços essenciais, caso a empresa seja tecnicamente incapaz de operar em escala nacional; (ii) atrasos ou retenções indevidas nos repasses a órgãos públicos, com impacto direto nas finanças dos DETRANs; (iii) exposição a fraudes e inadimplementos, como já observado em casos de empresas que receberam valores de cidadãos e não os repassaram aos entes competentes; (iv) ausência de controles regulatórios efetivos, já que o Edital não exige experiência no setor nem salvaguardas contratuais adequadas; (v) entregar a solução do Broker SENATRAN a um operador inexperiente ou oportunista equivale a submeter o sistema de trânsito nacional a um risco sistêmico inaceitável.

73. **Diante disso, é fundamental que o parceiro selecionado já esteja credenciado, testado e inserido institucionalmente no ecossistema regulado, garantindo a continuidade, a segurança e a legalidade da arrecadação pública.**

74. Dessa forma, é inegável a importância da correta escolha do parceiro, por meio da correta qualificação técnica exigida no Edital.

75. No entanto, conforme se depreenderá dos tópicos a seguir, o Edital contém vícios em sua qualificação técnica que devem ser corrigidos, sob risco de macular todo o processo de contratação.

III.C.2. INCOMPATIBILIDADE DOS REQUISITOS TÉCNICOS COM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO

76. Conforme mencionado, os requisitos técnicos são segregados em três grupos: (i) requisitos funcionais; (ii) requisitos de capacidade; e (iii) requisitos de sustentabilidade.

77. Considerando que o Edital tem como objeto o **desenvolvimento de uma solução**, esperar-se-ia que um dos principais requisitos técnicos seria a comprovada experiência anterior dos licitantes interessados.

78. No entanto, as únicas experiências exigidas pelo Edital para fins de qualificação técnica são de: “expertise em tecnologias blockchain” e “capacidade técnica interna para executar todas as etapas do ciclo de vida do sistema, assegurando controle total sobre o desenvolvimento, operação e suporte da solução”.

79. Ou seja, as experiências ora exigidas não se referem ao cerne do objeto do Chamamento Público (i.e. desenvolvimento da solução), mas tão somente de questões acessórias relacionadas à contratação.

80. Assim, tais previsões evidenciam ainda mais que o objetivo do Chamamento Público é a **contratação de uma solução já existente**.

81. Esta incompatibilidade entre as exigências de qualificação técnica previstas no Edital e a solução a ser “desenvolvida” evidencia a necessidade de revisão do Edital.

III.C.3. REQUISITOS TÉCNICOS EXCESSIVOS EXIGIDOS NO EDITAL

82. Conforme mencionado, dentre os requisitos técnicos a serem avaliados pelo SERPRO na escolha do parceiro estratégico, encontram-se os requisitos funcionais, os

quais dizem respeito às funcionalidades desejadas pelo SERPRO para a solução a ser desenvolvida.

83. Assim, para os fins pretendidos pelo Edital (i.e. desenvolvimento de uma solução para integração de sistemas), indiscutível a relevância dos requisitos funcionais, em comparação com os demais.

84. Tanto que o próprio Edital estabelece que, em casos de empate, o primeiro critério para desempate é a maior pontuação nos requisitos funcionais.

85. No entanto, conforme mencionado no tópico anterior, não obstante o Edital ser silente no que se refere à comprovação de experiências anteriores, ainda requer comprovações que não se mostram adequadas ou compatíveis com o tipo de contratação almejada pelo Chamamento Público.

86. É o caso, por exemplo, da expertise em blockchain, que não é usual neste tipo de contratação.

87. Veja, não se está negando a indiscutível relevância da tecnologia do blockchain e seus benefícios para a segurança de dados. A questão posta é que o Edital deixa de exigir experiências técnicas prévias em aspectos **essenciais** para o desenvolvimento de uma solução de tecnologia, mas opta por incluir, como um dos únicos requisitos de experiência prévia, a experiência com blockchain, que não é determinante para a viabilização da parceria.

88. O Edital poderia ter, exemplificativamente, exigido este item como funcionalidade a ser desenvolvida como fruto da parceria, incluindo-o no rol de requisitos funcionais. No entanto, apenas menciona a experiência com blockchain nos requisitos de capacidade, inexistindo qualquer menção ao blockchain dentre os requisitos funcionais. Ou seja, **exige-se uma capacidade técnica que não se encontra prevista na funcionalidade da solução a ser contratada**, tornando o propósito e relevância da experiência exigida nos requisitos de capacidade totalmente questionável

89. Adicionalmente, o Edital ainda requer que os interessados detenham quatro certificações ISO (i.e. ISO 9001, ISO 37301, ISO 27001 e ISO 27701). A exigência de tantas certificações também restringe a participação de empresas e limita a competitividade do Chamamento Público.

90. A obtenção das certificações ISO requer altos investimentos pelas empresas e não é essencial para a demonstração da robustez da capacidade das interessadas. É o caso, por exemplo, da ISO 37301, referente à gestão de compliance. A legislação brasileira não vincula a eficácia de um programa de compliance à obtenção de certificações, sendo possível demonstrá-la por outras formas. Assim, esta exigência pelo Edital também se mostra excessiva.

91. Note que o RPON autoriza a pontuação de certificações, “desde que guardem relação e pertinência e sejam relevantes para o objeto da oportunidade de negócio”. Ora, no presente caso, as ISO solicitadas não demonstram pertinência ou relevância para o desenvolvimento do software pretendido pelo SERPRO.

92. Ainda que se possa alegar que os requisitos aqui indicados não são desclassificatórios, a sua inclusão beneficiará determinadas empresas, em detrimento de outras, sem aparente razão, prejudicando, por fim, a competitividade do Chamamento Público.

93. Não bastassem as irregularidades apontadas no que se refere aos requisitos de qualificação técnica, vale destacar, ainda, que os pesos atribuídos para cada um dos quesitos também merecem algumas considerações. É o que será demonstrado no tópico a seguir.

III.C.4. DA AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE DOS PESOS ATRIBUÍDOS AOS QUESITOS

94. Ao analisar o Anexo III do Edital se verifica que há quarenta e oito quesitos para pontuação dos requisitos funcionais, os quais totalizam 115 pontos. Já os requisitos de capacidade possuem apenas sete quesitos e totalizam 70 pontos.

95. Ou seja, os pesos atribuídos pelo Edital para os requisitos de capacidade, proporcional e individualmente considerados, mostram-se, na prática, mais relevantes que os requisitos funcionais.

96. No entanto, conforme já mencionado, os requisitos funcionais são evidentemente mais relevantes que os de capacidade, por diversos motivos evidenciados no próprio Edital, tais como:

- a. A maior nota atribuída aos requisitos funcionais (representando 115 pontos de um total de 211);
- b. O requisito funcional é o primeiro critério de desempate (conforme item 7.2.1 do Edital)

97. No entanto, há **quarenta e oito** quesitos funcionais, representando no total 115 pontos, mas **tão somente sete** quesitos de capacidade para totalizar 70. Assim, os requisitos de capacidade passam a ganhar maior relevância considerando o reduzido número de quesitos avaliados.

98. Não obstante o descabimento das notas dos requisitos funcionais e de capacidade quando comparados entre si, os pesos atribuídos para cada um dos requisitos de capacidade também se mostram desarrazoáveis.

99. Conforme mencionado, há sete quesitos para comprovação dos requisitos de capacidade e todos correspondem a 10 pontos no valor total da nota obtida por cada empresa interessada. **Note que inexistente qualquer quesito funcional com peso 10**, o que evidencia ainda mais a disparidade das notas atribuídas aos requisitos de capacidade.

100. Com tal atribuição de pesos, equipara-se todos os requisitos de capacidade como de mesma relevância, o que também não se mostra verídico, ainda mais considerando as irregularidades na escolha dos requisitos técnicos exigidos pelo Edital e já exaustivamente demonstrados nesta Impugnação.

101. Portanto, resta evidente que a qualificação técnica exigida para fins de participação no Chamamento Público contém irregularidades que deve ser revisada, para salvaguardar a contratação objetivada pelo SERPRO.

III.D. DA AUSÊNCIA DE PARÂMETROS DE REMUNERAÇÃO DO PARCEIRO

102. Ao lançar um Chamamento Público para o desenvolvimento de parceria em Oportunidade de Negócio, o SERPRO está convidando atores da iniciativa privada a investirem tempo e dinheiro na solução pretendida. Naturalmente, é a possibilidade de retorno financeiro que atrai os possíveis participantes para tal Chamamento Público.

103. Assim, é preciso que os participantes possam estimar o lucro da operação antes de decidir se investirão recursos na participação do Chamamento Público e no desenvolvimento da solução pretendida.

104. No entanto, o Edital carece de informações sobre a forma de remuneração que o parceiro privado poderá obter na Oportunidade de Negócio.

105. O Edital em si é silente quanto aos critérios para remuneração do futuro Parceiro. Quando se analisa o Anexo VI, Minuta Padrão de Contrato Associativo, quase nenhuma informação adicional pode ser dali extraída.

106. De acordo com o item 8 da Minuta Padrão de Contrato Associativo, *“as receitas auferidas pela Parceira e pelo SERPRO decorrerão de contratos celebrados pelo SERPRO, gestor comercial dos produtos, junto aos clientes”*.

107. A Minuta Padrão de Contrato Associativo ou o Edital deveria contribuir com informações mínimas a respeito da estrutura de remuneração da parceria após sua celebração, o que não faz.

108. Note que, nos termos do item 16.1.”c” do RPON, a definição de parâmetros de riscos e resultados definidores da **remuneração íntegra a lista de informações mandatórias para editais de chamamento público**, conforme se verifica no trecho abaixo transcrito:

*16.1 Nas hipóteses de viabilidade de competição, o parceiro deve ser escolhido com base em **edital de chamamento público, que deve conter:***
(...)

c) os parâmetros de compartilhamento de riscos e resultados definidores da remuneração do particular, ainda que passíveis de modificação em negociações preliminares à formação da parceria ou outra forma associativa em oportunidade de negócio;
(grifo acrescido)

109. Conclui-se, assim, que um Chamamento Público carente de critérios a respeito da estrutura de remuneração da parceria não pode prosperar.

III.E. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA COMPETITIVIDADE E ESCOLHA DA MELHOR PROPOSTA

110. O artigo 31 da Lei Federal nº 13.303/2016 estabelece que as contratações por empresas públicas devem observar os princípios da “impessoalidade, da moralidade, da igualdade, (...), da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo”, tendo como diretriz a “busca da maior vantagem competitiva para a empresa pública ou sociedade de economia mista, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental”¹³.

111. Neste sentido, assim se pronunciou Marçal Justen Filho¹⁴:

A Administração pretende obter ofertas do maior número possível de interessados, de modo a promover uma aquisição de bem ou serviço com a maior qualidade possível, mediante o pagamento do menor preço. O critério de julgamento, consiste, em tais hipóteses na maior qualidade e no menor preço.

112. Ou seja, indubitável que o atendimento ao princípio da competitividade é mandatório pelas empresas estatais.

¹³ Art. 32, II, da Lei Federal nº 13.303/2016

¹⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. A contratação sem licitação nas empresas estatais. In: JUSTEN FILHO, Marçal. *Estatuto jurídico das empresas estatais: Lei 13.303/2016*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 304

113. Note que o princípio da competitividade deve ser observado mesmo em contratações de parceiros estratégicos com fundamento no artigo 28, §§3º e 4º, da Lei Federal nº 13.303/2016, conforme entendimento proferido pelo TCU:

26. Não obstante os argumentos apresentados acima, julgo que a empresa estatal sempre deverá respeitar os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública, tais como, a legalidade, a impessoalidade, a publicidade, a isonomia e o interesse público. Por via de consequência, embora realizando atividade finalística própria de seu objeto social, a Telebrás não detém uma discricionariedade irrestrita para escolher quem quiser, mesmo sendo dispensável a licitação. Ao contrário deve ser realizado um processo competitivo isonômico, impessoal e transparente, com observância dos princípios constitucionais.¹⁵
(grifo acrescido)

114. No entanto, as proibições à participação de empresas conforme previsto no item 3.3 do Edital, bem como os irregulares requisitos técnicos exigidos para seleção da empresa mais bem classificada, afrontam o princípio da competitividade previsto na Lei Federal nº 13.303/2016.

115. A violação ao princípio da competitividade prejudica, na prática, a obtenção da melhor proposta pelo SERPRO, de forma que os termos previstos atualmente no Edital não podem prevalecer.

IV. DO PEDIDO

116. Diante do exposto:

- i. protesta-se pela juntada posterior dos documentos de representação, nos termos do art. 5º, §1º, da Lei Federal nº 8.906/94;
- ii. requer o recebimento da presente Impugnação, por cumprir com todos os requisitos para admissibilidade;
- iii. no mérito, requer seja julgada procedente a presente Impugnação, para, diante das irregularidades apresentadas:


¹⁵ TCU, Acórdão nº 2533/2017, Plenário, Min. Relator Benjamin Zymler, sessão em 13/09/2017

- a. seja cancelado o presente Chamamento Público, pela adoção equivocada da modalidade de contratação por meio de parceira estratégica, caracterizando violação ao dever de licitar;
- b. subsidiariamente, caso assim não entenda esta d. Comissão, requer seja determinada a republicação do Edital de Chamamento Público nº 0076/2025, com a correção de todas as irregularidades apontadas nesta Impugnação, quais sejam: (i) exclusão do item 3.3 do Edital; (ii) revisão dos Anexos III e IV, definidores da qualificação técnica, para exclusão dos itens de qualificação que não contenham relação com o objeto da contratação (especialmente dos itens 1 e 3 do Anexo IV) e das notas atribuídas a todos quesitos, de modo a torná-las proporcionais à relevância para o objeto do Edital (especialmente referente a todos itens do Anexo IV); (iii) definição dos parâmetros de remuneração do parceiro.

Termos em que,
pede deferimento.

Brasília, 05 de maio de 2025.

Signed by:


E7071E1DA07C40C...

**ANA CÂNDIDA LEMOS DE
MELLO CARVALHO**
OAB /SP 208.187

DocuSigned by:


34662749B8604DB...


**JOSÉ GUILHERME BERMAN
CORRÊA PINTO**
OAB/RJ 119.454

Assinado por:


57041DECE2E94A4...

KARLA BOTREL
OAB /SP 212.578

Assinado por:


161F063B73454FB...

JULIANA YUKA SUZUKI
OAB/SP 407.986



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 1D849710-AD72-4FB6-A158-69E92631B984
 Assunto: Zapay - Impugnação ao Edital SERPRO (SENATRAN)(21003732.4).docx
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 25
 Assinar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Juliana Yuka Suzuki
 LRG DO IBAM, 1 - ANDAR 3 ANDAR 4 ANDAR 5
 PARTE ANDAR 6 ANDAR 7 PARTE | HUMAITA
 , RJ 22271-070
 jys@bmalaw.com.br
 Endereço IP: 10.101.81.73

Rastreamento de registros

Status: Original
 05 de maio de 2025 | 18:23

Portador: Juliana Yuka Suzuki
 jys@bmalaw.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Ana Cândida Lemos de Mello Carvalho
 acmc@bmalaw.com.br
 Partner
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

Signed by:

 E7071E1DA87C40C...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 179.191.95.58

Registro de hora e data

Enviado: 05 de maio de 2025 | 18:27
 Visualizado: 05 de maio de 2025 | 18:40
 Assinado: 05 de maio de 2025 | 19:05

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Jose Guilherme Berman
 jgb@bmalaw.com.br
 Partner
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 34662749B8594DB...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 179.218.12.250
 Assinado com o uso do celular

Enviado: 05 de maio de 2025 | 18:27
 Visualizado: 05 de maio de 2025 | 18:39
 Assinado: 05 de maio de 2025 | 18:40

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Juliana Yuka Suzuki
 jys@bmalaw.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

 161F063B73454FB...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 179.191.95.58

Enviado: 05 de maio de 2025 | 18:27
 Visualizado: 05 de maio de 2025 | 18:27
 Assinado: 05 de maio de 2025 | 19:30

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Karla Botrel
 kbl@bmalaw.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

 57041DECE2E94A4...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 179.191.95.58

Enviado: 05 de maio de 2025 | 18:27
 Visualizado: 05 de maio de 2025 | 18:29
 Assinado: 05 de maio de 2025 | 18:29

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	05 de maio de 2025 18:27
Entrega certificada	Segurança verificada	05 de maio de 2025 18:29
Assinatura concluída	Segurança verificada	05 de maio de 2025 18:29
Concluído	Segurança verificada	05 de maio de 2025 19:30
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora